


Relatório Anual 2015
Banco de Tokyo-
Mitsubishi UFJ Brasil S/A



Índice

Quem somos e nossa história

Missão, Visão e Valores

Banco Globalizado

Recursos Humanos

Responsabilidade Social

Gerenciamentos de Risco

Balanços Patrimoniais

Demonstração de Resultado

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações do Fluxo de Caixa – Método Indireto

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

Ouvidoria

Endereços e Telefones



Quem somos e nossa história

O Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ é uma instituição financeira com sede no Japão e resulta de diversas fusões e incorporações de instituições financeiras reconhecidas no Japão e no mundo, ocorridas ao longo de mais de 130 anos.

Por centenas de anos, o Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ tem ajudado seus clientes a atingir os seus objetivos financeiros. Desde o início, a organização mantém a tradição de cultivar a excelência nos relacionamentos com os clientes, por meio de atendimento personalizado e duradouro.

No Brasil, a sua trajetória começou em 1919 com a instalação, no Rio de Janeiro, da filial japonesa do Yokohama Specie Bank, posterior Bank of Tokyo. Já o Mitsubishi Bank passou a atuar no Brasil em 1950 por meio do Banco Tozan, criado em 1926 para atender à crescente demanda do café.

Missão, visão e valores

O BTMU Brasil possui uma gestão sólida que inspira confiança e credibilidade. Nossos quase 100 anos de atuação no País são baseados em valores que visam garantir um relacionamento forte e duradouro com nossos clientes.

✓ **MISSÃO**

Ser uma instituição de força, empenhada em satisfazer as necessidades de nossos clientes, servindo à sociedade e promovendo o crescimento compartilhado e sustentável para um mundo melhor.

✓ **VISÃO**

Ser o grupo financeiro mais confiável do mundo.

✓ **VALORES**

1. Integridade e responsabilidade

Ser justo, transparente e honesto.

Agir de forma responsável para satisfazer o interesse do cliente e da sociedade como um todo, construindo um relacionamento de longo prazo e retribuindo à nossa comunidade.

2. Profissionalismo e trabalho em equipe

Respeitar a diversidade da nossa equipe e incentivar um espírito de trabalho em equipe.

Trabalhar para obter o nível mais alto de profissionalismo.

3. Desafio de crescimento

Adotar uma perspectiva global de antecipar as tendências e oportunidades de crescimento. Criar e sustentar um ambiente de trabalho dinâmico, onde todos possam se concentrar em fornecer um excelente serviço ao cliente e encarar novos desafios.

Banco Globalizado

O Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ (BTMU) é o principal banco do Japão, com uma rede mundial que engloba mais de 40 países. A instituição oferece um escopo abrangente de produtos e serviços de atividades bancárias comerciais e de investimento para empresas, governos e pessoas físicas em todo o mundo. No continente americano, conta com unidades nos Estados Unidos, Canadá, México, Brasil, Chile, Peru, Argentina e Colômbia, atendendo principalmente a clientes corporativos.

O Mitsubishi UFJ Financial Group (MUFG) é um dos maiores e mais diversificados grupos financeiros do mundo com um total de ativos de aproximadamente US\$ 2.3 trilhões (dezembro de 2014). Os serviços oferecidos incluem commercial banking, trust banking, securities, cartões de crédito, consumer finance, asset management e operações de leasing.

Entre as unidades operacionais do grupo MUFG estão o Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Mitsubishi UFJ Trust and Banking Corporation (o principal trust bank do Japão), Mitsubishi UFJ Securities Holdings Co., Mitsubishi UFJ NICOS Co. e Mitsubishi UFJ Leasing & Finance Limited. As ações do MUFG são negociadas nas bolsas de valores de Tóquio, Osaka, Nagoya e Nova Iorque (NYSE: MTU), com capitalização de mercado de US\$ 76 bilhões em 19 de março de 2012.

Em 2008, o MUFG adquiriu 100% da posse do Union Bank, um banco de varejo e atacado com sede em São Francisco (Estados Unidos) e atuação nas cidades da Califórnia, Illinois, Oregon, Texas, Nova Iorque e Washington. No mesmo ano, o grupo adquiriu participação acionária no Morgan Stanley, e hoje detém 22,4% de ações ordinárias da companhia.

No Brasil, o MUFG também tem 2,49% de ações ordinárias do Banco Bradesco S.A. O direcionamento no País é para atividades bancárias em grande escala, com escritórios em São Paulo e no Rio de Janeiro, que contam com a força do grupo para oferecer soluções customizadas e atendimento personalizado, com a essência e tradição de um banco respeitado mundialmente.

Recursos Humanos

Presente no País há quase 100 anos, o BTMU Brasil pertence a um dos maiores grupos financeiros do mundo, MUFG – Mitsubishi UFJ Financial Group. Somos um banco global e multicultural e acreditamos na importância do relacionamento de longo prazo com nossos clientes, parceiros e colaboradores.

Com toda essa tradição e confiabilidade, contabilizamos valores globais que se fazem presentes em toda a nossa gestão:

- Integridade e Responsabilidade
- Profissionalismo e Trabalho em equipe
- Desafio de crescimento

Em 2011, recebemos uma injeção de capital, ampliamos nossas operações no Brasil e iniciamos um processo de crescimento bastante acentuado. De 2011 a 2015, alavancamos o número de colaboradores, investindo fortemente no capital humano por meio da criação de uma gestão de Recursos Humanos estratégica, voltada à sustentabilidade do negócio a longo prazo.

Nossos direcionamentos estratégicos para as ações em gestão de pessoas são:

- Educação como base para o desenvolvimento individual e do Banco
- Desenvolvimento organizacional e do indivíduo
- Atração e retenção de talentos
- Remuneração e reconhecimento como uma fonte de motivação básica, mas não única
- Cultura híbrida como identidade organizacional
- Clima interno como agente de evolução

Continuamos crescendo e investindo no desenvolvimento contínuo de nossos colaboradores, buscando maximizar o potencial de cada um e respeitando as diferenças. Para isso, contamos com a Academia Corporativa BTMU Brasil, estrutura que disponibiliza ações de educação e desenvolvimento para gestores e colaboradores.

Estamos sempre em busca de profissionais e jovens talentos que acreditam em nossos valores, que possuam capacidade de propor soluções criativas e tenham o prazer de atuar em um ambiente multicultural e de alto desempenho.

Responsabilidade Social

O BTMU Brasil compartilha, com as comunidades nas quais atua, seu maior bem: o talento de seus colaboradores.

O Mitsubishi UFJ Financial Group (MUFG), holding a qual pertence o Banco de Tokyo Brasil Mitsubishi (BTMU), é signatário do mais importante protocolo de finanças sustentáveis do mundo, Princípios do Equador, há mais de uma década.

Por adesão voluntária, este protocolo é composto de padrões que orientam o desenvolvimento de negócios de forma social e ambientalmente responsável e foi o marco inicial da prática da sustentabilidade dentro do MUFG.

As iniciativas de Responsabilidade Socioambiental promovidas pelo BTMU Brasil estão alinhadas aos valores institucionais do MUFG. Sua realização reitera, assim, o compromisso do Grupo em ser uma instituição de força, empenhada em satisfazer as necessidades dos clientes, servindo a sociedade e promovendo o crescimento compartilhado e sustentável para um mundo melhor.

Desde 2011, quando o BTMU Brasil ampliou suas práticas e a abrangência de sua atuação em Responsabilidade Socioambiental, priorizou-se ofertar aos colaboradores um ambiente de trabalho dinâmico, estabelecer uma relação ética com clientes e apoiar comunidades. Assim, o tema tem ganhado relevância em nossas práticas de gestão e na relação com os colaboradores. Como resultado, conquistamos por dois anos consecutivos, 2012 e 2013, o maior reconhecimento mundial do Grupo MUFG para ações de apoio comunitário – o Corporate Social Responsibility Award / Gives Back.

Gerenciamento de Riscos

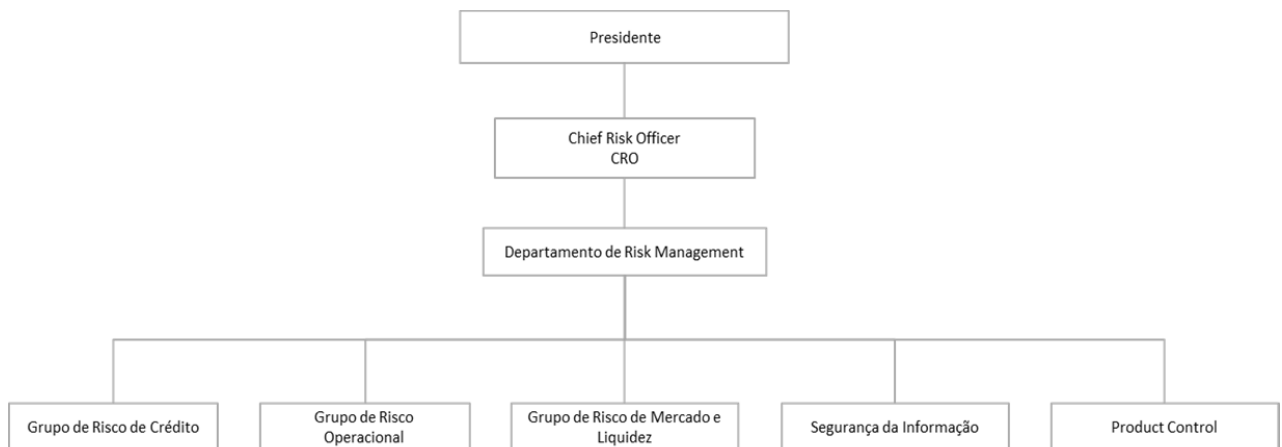
O Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil considera o processo de gerenciamento de riscos essencial em todas as suas atividades, utilizando-o para agregar valor aos seus negócios, proporcionar suporte no planejamento de suas atividades e maximizar a utilização de recursos próprios e de terceiros em benefício de seus acionistas e da sociedade como um todo.

Consideramos, ainda, que a adoção destas medidas é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços oferecidos no mercado, assim como pela globalização dos negócios.

Por esta razão, o BTMU Brasil aprimora continuamente suas atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos, aplicando e aliando as melhores práticas do mercado financeiro internacional às práticas locais.

A estrutura organizacional para o gerenciamento de riscos no BTMU conta com a participação direta, mediante o funcionamento de comitês executivos subordinados à Presidência. Tais comitês estabelecem as políticas e diretrizes para o acompanhamento dos riscos.

Há, também, uma área independente da área de negócios, o Risk Management, que tem por atribuição a responsabilidade pelo monitoramento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional de forma integrada, demonstrando o compromisso da instituição com o tema e assegurando um gerenciamento adequado que também atenda às exigências do regulador e aos conceitos emanados pelo Novo Acordo de Capitais da Basileia (Basileia III).



✓ **Risco de Crédito**

O BTMU Brasil define o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O risco de crédito é monitorado, controlado e supervisionado por uma área independente da área de negócios – Risk Management – grupo Credit Risk Control –, o qual, por meio de sistemas, controla e monitora a aderência à política e aos riscos de crédito, buscando a identificação, mensuração, controle e mitigação destas, associados a cada unidade do banco.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito conta com a participação diretiva do BTMU por meio da tomada de decisões dos comitês de crédito, visando ao acompanhamento contínuo e à mitigação dos riscos de crédito. A estrutura é apoiada por sistemas informatizados que monitoram as operações de crédito, suas garantias e as condições dos limites concedidos aos nossos clientes. Esta estrutura possui diretoria responsável e foi elaborada com base na Resolução nº 3.721 do Conselho Monetário Nacional (CMN) de 30 de abril de 2009.

✓ **Risco de Mercado**

O BTMU Brasil define o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da variação de fatores de risco como taxa de juros, taxas de câmbio, índices e preços.

O BTMU adota uma política e uma exposição muito conservadora aos fatores de risco de mercado. O controle de cada um desses fatores de risco é monitorado, controlado e supervisionado por uma área independente da área de negócios – Risk Management – grupo Market Risk Control – que, por meio de sistemas, controla efetivamente o risco de mercado de forma global, a fim de prevenir a redução das posições, quando necessário.

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado conta com a participação diretiva do BTMU por meio do Asset Liability Management Committee (Comitê de ALM), pelo qual são estabelecidas as estratégias e diretrizes para a gestão, o monitoramento e o acompanhamento do risco de mercado.

A política de gestão do risco de mercado do BTMU consiste no monitoramento diário das posições sujeitas ao risco de mercado e dos respectivos limites estabelecidos, que emprega as metodologias de Value at Risk (VaR), Teste de Estresse e Análise de Sensibilidade, além de limites de Stop Loss e Exposição Financeira.

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado foi elaborada com base na Resolução nº 3.464 do Conselho Monetário Nacional de 26 de junho de 2007.

Para que as atividades de gerenciamento do risco de mercado possam ser acompanhadas, o BTMU mantém:

- a) Políticas revisadas periodicamente e estratégias claras sobre os riscos de mercado
- b) Processos e sistemas que permitem o acompanhamento das operações do BTMU de forma tempestiva de relatórios dos riscos de mercado que são encaminhados à direção do BTMU
- c) Controle das posições e dos resultados por portfólios/instrumentos financeiros; vis-à-vis os limites locais internos ou definidos pelo The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, (acionista controlador) a matriz
- d) Modelos de mensuração de risco de mercado tanto para cenários de rotina, quanto para cenários de estresse
- e) Adoção de limites de perda (Stop Loss) para os portfólios de negociação (Trading)
- f) Acompanhamento dos limites operacionais estabelecidos pelo Banco Central do Brasil
- g) Processo formal para implantação de novos produtos e operações
- h) Revisão semestral dos limites locais internos

✓ **Risco de Liquidez**

BTMU Brasil define o risco de liquidez como o risco que advém da possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Define-se, também, como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O BTMU adota uma política de manutenção conservadora dos níveis de liquidez e o controle, o monitoramento e a supervisão são feitos por uma área independente da área de negócios – Risk Management – grupo Market Risk Control, que controla efetivamente o risco de liquidez de forma global, a fim de prevenir qualquer incapacidade financeira do BTMU.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez conta com a participação diretiva do BTMU através do Asset Liability Management Committee (Comitê de ALM), pelo qual são estabelecidas as estratégias e diretrizes para a gestão, o monitoramento e o acompanhamento do risco de liquidez.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez foi elaborada com base na Resolução nº 4.090 do Conselho Monetário Nacional de 24 de maio de 2012.

Para que as atividades de gerenciamento do risco de liquidez possam ser acompanhadas, o BTMU mantém:

- a) Políticas revisadas periodicamente, estratégias que estabeleçam limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos
- b) Processos para controlar a exposição em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia e para cada moeda, permitindo o acompanhamento das operações do BTMU de forma tempestiva de relatórios do risco de liquidez que são encaminhados à direção do BTMU
- c) Políticas e estratégias de captação que proporcionem diversificação das fontes de recursos e prazos de vencimento
- d) Plano de contingência de liquidez revisado periodicamente
- e) Realização periódica de Testes de Estresse, com cenários de curto e longo prazo, idiossincráticos e sistêmicos
- f) Avaliação do risco de liquidez como parte da aprovação de novos produtos
- g) Revisão semestral dos limites locais

✓ **Risco Operacional**

O BTMU Brasil define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O gerenciamento de risco operacional é efetuado por uma área independente da área de negócios – Risk Management – grupo Operational Risk Control. Para obter eficiência na gestão de risco operacional, a instituição aprimora suas ferramentas de identificação e avaliação de riscos e se empenha na implantação de controles que estão efetivamente contribuindo para uma melhor gestão do risco operacional.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional conta com a participação diretiva do BTMU por meio do comitê de gerenciamento de risco operacional e com os responsáveis pelas áreas, em todos os níveis da organização, que são os principais responsáveis por identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos, de forma a incorporar o conceito de gerenciamento de risco operacional no dia a dia dos negócios. Essa estrutura é apoiada por um sistema informatizado pelo qual são contemplados os riscos inerentes aos processos, conforme as oito categorias definidas pela Resolução nº 3.380 do Conselho Monetário Nacional (CMN) de 29 de junho de 2006.

Algumas atividades relacionadas à gestão de riscos operacionais são desempenhadas por as áreas, tais como: riscos legais; gerenciamento de contratos de terceiros; conformidade às normas e regulamentos; combate à lavagem de dinheiro; gerenciamento de crises e plano de continuidade de negócios; práticas inadequadas a clientes, produtos e serviços; ativos tangíveis; e segurança da informação. Sendo estas responsáveis pela elaboração, disseminação e revisão das respectivas políticas e procedimentos, bem como a elaboração de relatórios destas atividades à alta administração.

No que se refere à mensuração quantitativa do risco operacional, o BTMU identifica os eventos de perdas relativos aos riscos, padroniza as informações e forma uma base de dados de perdas operacionais, conforme determinação do acionista controlador (a matriz), os quais também estão em consonância com as necessidades da regulamentação local. Estes eventos de perdas são avaliados individualmente a cada ocorrência e têm estabelecidos planos de ação como medidas preventivas para mitigar os riscos operacionais apresentados.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

Ativo	2015	2014	Passivo	2015	2014
Circulante	11.001.621	12.214.599	Circulante	8.711.105	10.440.051
Disponibilidades	14.404	430.073	Depósitos	2.251.677	1.460.497
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.306.723	2.921.456	Depósitos à vista	141.504	143.748
Aplicações em operações compromissadas	5.074.107	2.863.167	Depósitos a prazo	2.110.173	1.316.749
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.023	37.805	Obrigações por operações compromissadas	31.015	238.530
Aplicações em moedas estrangeiras	229.593	20.484	Carteira própria	31.015	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.688.634	1.788.963	Carteira de terceiros	-	238.530
Carteira própria	261.289	599.535	Relações interfinanceiras	1	2
Vinculados a prestação de garantias	1.336.500	1.153.652	Recebimentos e pagamentos a liquidar	1	2
Instrumentos financeiros derivativos	90.845	35.776	Relações interdependências	87.971	28.756
Relações interfinanceiras	57.539	75.169	Recursos em trânsito de terceiros	87.971	28.756
Créditos vinculados:			Obrigações por empréstimos	2.836.931	2.545.456
Depósitos no Banco Central	57.049	74.814	Empréstimos no exterior	2.836.931	2.545.456
Correspondentes	490	355	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	47.398	115.444
Operações de crédito	711.878	635.325	BNDES	9.753	625
Operações de crédito:			Finame	22.003	94.718
Setor privado	737.102	662.498	Outras instituições oficiais	15.642	20.101
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25.224)	(27.173)	Obrigações por repasses do exterior	174.061	117.580
Outros créditos	3.218.484	6.360.749	Repasses do exterior	174.061	117.580
Carteira de câmbio	2.892.685	6.326.432	Instrumentos financeiros derivativos	972.208	100.285
Rendas a receber	954	1.122	Instrumentos financeiros derivativos	972.208	100.285
Negociação e intermediação de valores	330.960	34.798	Outras obrigações	2.309.843	5.833.501
Diversos	190	1.918	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.165	1.409
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.305)	(3.521)	Carteira de câmbio	2.008.780	5.537.599
Outros valores e bens	3.959	2.864	Sociais e estatutárias	4.785	975
Despesas antecipadas	3.959	2.864	Fiscais e previdenciárias	187.768	95.565
			Negociação e intermediação de valores	24.380	140.933
			Provisão para passivos contingentes	32.659	28.443
			Diversos	50.306	28.577
Não Circulante	2.563.282	809.203	Passivo Não Circulante	3.608.129	1.447.184
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	2.681	Recursos de aceites e emissão de títulos	33.201	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	2.681	Obrigações por emissão de letras financeiras	33.201	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.138.714	327.909	Obrigações por empréstimos	1.408.153	683.696
Carteira própria	592.554	14.810	Empréstimos no exterior	1.408.153	683.696
Vinculados a operações compromissadas	31.077	-	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	114.065	97.156
Vinculados a prestação de garantias	1.413.448	291.939	BNDES	59.378	58.913
Instrumentos financeiros derivativos	101.635	21.160	Finame	20.108	38.243
Operações de crédito	97.767	225.363	Outras instituições oficiais	34.579	-
Operações de crédito:			Obrigações por repasses do exterior	2.705	72.319
Setor privado	99.311	226.118	Repasses do exterior	2.705	72.319
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.544)	(755)	Instrumentos financeiros derivativos	1.942.090	495.315
Outros créditos	325.711	252.965	Instrumentos financeiros derivativos	1.942.090	495.315
Devedores por depósito em garantia	204.544	187.327	Outras obrigações	107.915	98.698
Diversos	121.167	65.638	Fiscais e previdenciárias	107.915	98.698
Outros valores e bens	1.090	285	Resultado de exercícios futuros	1.037	684
Despesas antecipadas	1.090	285	Patrimônio líquido	1.307.181	1.194.603
Permanente	62.549	58.720	Capital social	853.071	853.071
Investimentos	1	1	De domiciliados no País	4.445	4.445
Outros investimentos	196	196	De domiciliados no exterior	848.626	848.626
Provisão para perdas	(195)	(195)	Reservas de capital	5.103	5.103
Imobilizado de uso	50.952	44.303	Reservas de lucros	452.544	340.826
Imóveis de uso	31.135	30.362	Ajustes de avaliação patrimonial	517	(356)
Outras imobilizações de uso	45.752	34.625	Ações em tesouraria	(4.054)	(4.041)
Depreciações acumuladas	(25.935)	(20.684)			
Ativo Intangível	11.593	14.392			
Ativos intangíveis	31.606	29.167			
Amortização acumulada	(20.013)	(14.775)			
Diferido	3	24			
Gastos de organização e expansão	5.624	5.624			
Amortização acumulada	(5.621)	(5.600)			
Total do ativo	13.627.452	13.082.522	Total do passivo e patrimônio líquido	13.627.452	13.082.522

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	2º Semestre	Exercício	
	2015	2015	2014
Receitas da intermediação financeira	<u>1.417.184</u>	<u>2.165.133</u>	<u>643.577</u>
Operações de crédito	88.712	144.678	92.954
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	574.756	913.785	379.270
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	448.635	625.605	149.465
Resultado de operações de câmbio	305.081	481.065	21.888
Despesas da intermediação financeira	<u>(1.152.593)</u>	<u>(1.740.731)</u>	<u>(420.631)</u>
Operações de captação no mercado	(131.855)	(226.886)	(176.736)
Operações de empréstimos e repasses	(1.024.974)	(1.512.222)	(227.110)
(Constituição) / Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	4.236	(1.623)	(16.785)
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>264.591</u>	<u>424.402</u>	<u>222.946</u>
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(115.473)</u>	<u>(213.589)</u>	<u>(147.842)</u>
Receitas de prestação de serviços (vide Nota Explicativa nº 23g)	9.773	25.259	35.576
Rendas de tarifas bancárias (vide Nota Explicativa nº 23g)	640	1.222	926
Despesas de pessoal (vide Nota Explicativa nº 23c)	(63.384)	(118.473)	(102.527)
Outras despesas administrativas (vide Nota Explicativa nº 23d)	(36.893)	(69.893)	(60.287)
Despesas tributárias	(25.518)	(37.911)	(10.531)
Outras receitas operacionais (vide Nota Explicativa nº 23e)	11.167	21.807	9.690
Outras despesas operacionais (vide Nota Explicativa nº 23f)	(11.258)	(35.600)	(20.689)
Resultado operacional	<u>149.118</u>	<u>210.813</u>	<u>75.104</u>
Resultado não operacional	<u>(384)</u>	<u>(286)</u>	<u>(28)</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<u>148.734</u>	<u>210.527</u>	<u>75.076</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(64.618)</u>	<u>(92.099)</u>	<u>(36.350)</u>
Provisão para imposto de renda	(50.519)	(81.984)	(28.310)
Provisão para contribuição social	(37.092)	(55.415)	(17.058)
Ativo fiscal diferido - Impostos e contribuições	22.993	45.300	9.018
Lucro líquido do semestre/exercício	<u>84.116</u>	<u>118.428</u>	<u>38.726</u>
Quantidade de ações em circulação (por lote de mil ações)	<u>4.331.521</u>	<u>4.331.521</u>	<u>4.331.569</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>19,42</u>	<u>27,34</u>	<u>8,94</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucro		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
	Capital Social	Ágio por subscrição de ações	Outras reservas de capital	Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2013	853.071	4.947	156	23.133	281.144	(124)	-	(3.906)	1.158.421
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(232)	-	-	(232)
Aquisição de ações de própria emissão	-	-	-	-	-	-	-	(135)	(135)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores	-	-	-	-	18	-	-	-	18
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	38.726	-	38.726
Destinação do lucro:									
Reserva legal	-	-	-	1.936	-	-	(1.936)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(2.195)	-	(2.195)
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	34.595	-	(34.595)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>853.071</u>	<u>4.947</u>	<u>156</u>	<u>25.069</u>	<u>315.757</u>	<u>(356)</u>	<u>-</u>	<u>(4.041)</u>	<u>1.194.603</u>
Mutações do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.936</u>	<u>34.613</u>	<u>(232)</u>	<u>-</u>	<u>(135)</u>	<u>36.182</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	853.071	4.947	156	25.069	315.757	(356)	-	(4.041)	1.194.603
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	873	-	-	873
Aquisição de ações de própria emissão	-	-	-	-	-	-	-	(13)	(13)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores	-	-	-	-	2	-	-	-	2
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	118.428	-	118.428
Destinação do lucro:									
Reserva legal	-	-	-	5.921	-	-	(5.921)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(6.712)	-	(6.712)
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	105.795	-	(105.795)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>853.071</u>	<u>4.947</u>	<u>156</u>	<u>30.990</u>	<u>421.554</u>	<u>517</u>	<u>-</u>	<u>(4.054)</u>	<u>1.307.181</u>
Mutações do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.921</u>	<u>105.797</u>	<u>873</u>	<u>-</u>	<u>(13)</u>	<u>112.578</u>
Saldos em 30 de junho de 2015	<u>853.071</u>	<u>4.947</u>	<u>156</u>	<u>26.784</u>	<u>346.411</u>	<u>(530)</u>	<u>-</u>	<u>(4.054)</u>	<u>1.226.785</u>
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	1.047	-	-	1.047
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	84.116	-	84.116
Destinação do lucro:									
Reserva legal	-	-	-	4.206	-	-	(4.206)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(4.767)	-	(4.767)
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	75.143	-	(75.143)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>853.071</u>	<u>4.947</u>	<u>156</u>	<u>30.990</u>	<u>421.554</u>	<u>517</u>	<u>-</u>	<u>(4.054)</u>	<u>1.307.181</u>
Mutações do semestre	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.206</u>	<u>75.143</u>	<u>1.047</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>80.396</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercício	
	2015	2015	2014
Caixa gerado nas atividades operacionais	<u>858.820</u>	<u>1.607.807</u>	<u>870.678</u>
Lucro líquido do semestre/exercício	<u>84.116</u>	<u>118.428</u>	<u>38.726</u>
Ajustes ao lucro líquido:	<u>32.088</u>	<u>90.871</u>	<u>56.640</u>
Constituição / (Reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.534)	(1.160)	16.103
Constituição de provisão para outros créditos	3.299	2.784	682
Depreciações e amortizações	5.227	10.688	9.153
Constituição de provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	7.706	25.444	13.502
Constituição / (Reversão) de provisão atuarial	(1.940)	4.562	5.336
Imposto de Renda e Contribuição Social s/Lucro Líquido (Diferido)	22.993	45.300	9.018
Dividendos pagos	1.939	2.900	2.694
Variação nos resultados de exercícios futuros	398	353	152
Lucro líquido ajustado	116.204	209.299	95.366
Variação nos ativos operacionais:	<u>(501.864)</u>	<u>1.110.640</u>	<u>(5.508.057)</u>
(Aumento) / Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(366.643)	(373.640)	19.997
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(1.193.286)	(1.709.603)	(912.959)
(Aumento) / Redução em relações interfinanceiras e interdependências	33.346	76.844	(35.452)
Redução em operações de crédito	53.537	52.204	64.631
(Aumento) / Redução em outros créditos e outros valores e bens	971.182	3.064.835	(4.644.274)
Variação nos passivos operacionais:	<u>1.244.480</u>	<u>287.868</u>	<u>6.283.369</u>
(Redução) / Aumento em depósitos	483.898	791.180	(579.207)
(Redução) / Aumento em captações no mercado aberto	(168.294)	(207.515)	90.020
Aumento em obrigações por emissão de letras financeiras	2.258	33.201	-
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	668.238	951.663	2.133.684
Aumento em instrumentos financeiros derivativos (líquido do ativo)	1.477.441	2.318.698	327.009
(Redução) / Aumento em outras obrigações	(1.219.061)	(3.599.359)	4.311.863
Caixa utilizado nas atividades de investimentos	<u>(11.053)</u>	<u>(14.517)</u>	<u>(12.714)</u>
Alienação de imobilizado de uso	3.848	5.401	17.389
Aquisição de imobilização de uso	(12.463)	(17.480)	(20.911)
Aplicação no intangível	(2.438)	(2.438)	(9.192)
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	<u>-</u>	<u>(13)</u>	<u>(135)</u>
Aquisição de ações de própria emissão	-	(13)	(135)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>847.767</u>	<u>1.593.277</u>	<u>857.829</u>
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4.064.248	3.318.738	2.460.909
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	4.912.015	4.912.015	3.318.738
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>847.767</u>	<u>1.593.277</u>	<u>857.829</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

O Banco desenvolve as atividades permitidas às instituições bancárias e opera como instituição financeira múltipla com: Carteira Comercial, de Investimento, de Crédito, Financiamento e Investimento e Carteira de Câmbio.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. As demonstrações financeiras estão em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), foram concluídas em 21/01/2016 e aprovadas para divulgação em 08/03/2016.

3 Principais práticas contábeis

Resumo das principais práticas contábeis

a. *Apuração de resultado*

A apuração de resultado é reconhecida para fins contábeis pelo regime de competência.

b. *Estimativas contábeis*

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, provisão para obrigação atuarial e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Essas estimativas são revistas pelo menos anualmente, buscando-se determinar valores que mais se aproximem dos futuros valores de liquidação dos ativos ou passivos considerados.

c. *Ativos e passivos, circulantes e não circulantes*

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os demais ativos e passivos são considerados como não circulante.

d. *Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos*

As carteiras de títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- *Títulos e valores mobiliários*

- Títulos para negociação,
- Títulos disponíveis para venda e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria “títulos para negociação” estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados; na categoria “títulos disponíveis para venda” estão registrados aqueles que não se enquadram nas demais categorias descritas nos itens acima; na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, aqueles para os quais existem intenção e capacidade financeira do Banco em mantê-los em carteira até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias para negociação e disponíveis para venda estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização decorrente de tal ajuste em contrapartida: (1) da adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação”; e (2) da conta destacada do patrimônio líquido, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia, os quais estão registrados no resultado do período, sendo registradas provisões para perdas sempre que houver perda permanente no valor de realização de tais títulos e valores mobiliários.

- *Instrumentos financeiros derivativos*

Os instrumentos financeiros derivativos são registrados pelo seu correspondente valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste ao valor de mercado em adequada conta de receita ou despesa, exceto os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*), que podem ser classificados como:

- I - “Hedge” de risco de mercado
- II - “Hedge” de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” e os respectivos objetos de “hedge” são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização são registradas em contrapartida às adequadas conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização são registradas em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.

e. Operações de crédito e provisões para operações de crédito de liquidação duvidosa e avais e fianças prestadas

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração, fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e não vencidas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras, e na política de avaliação de risco da Administração do Banco, observando os parâmetros estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas a mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As provisões para operações de crédito de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota 7c, e avais e fianças prestados, conforme demonstrado na Nota 23a, consideradas suficientes pela Administração, atendem ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

Considera-se renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas, conforme Resolução CMN nº 2.682/99.

f. Ativo permanente

Está demonstrado ao custo de aquisição combinado com os seguintes aspectos:

A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - edificações - 4%; instalações, móveis e equipamentos, sistema de segurança e de comunicação - 10%; e sistema de processamento de dados e transporte - 20%.

A amortização do diferido é calculada pelo método linear, no prazo de até dez anos ou segundo o prazo contratual, no caso de benfeitorias de bens locados.

A Lei nº 11.638 eliminou a conta do Ativo Diferido. O Conselho Monetário Nacional autorizou as Instituições Financeiras a manter o saldo de 31 de dezembro de 2008 até a sua completa amortização para baixa e para novas constituições, as Instituições Financeiras devem registrar no Ativo Diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um semestre social e que não configurem tão-somente redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional. A vinculação das despesas e dos gastos registrados no Ativo Diferido com o aumento do resultado de mais de um exercício social foi baseada em estudo técnico, coerente com as informações utilizadas em outros relatórios operacionais.

Ativo intangível - correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (“impairment”)

É reconhecida uma perda por “impairment” se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “impairment” são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “impairment”.

h. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240 (lucro semestral de R\$ 120), e a provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% até agosto de 2015 e 20%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019 sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda. Também é observada a prática contábil de constituição de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias conforme Nota Explicativa nº 20. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

i. Negociação e intermediação de valores

As negociações e intermediação de valores são demonstradas pelo saldos das operações realizadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA pendentes de liquidações dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos.

j. Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando o Banco tem uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos passados; e que seja provável a saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado confiavelmente.

Quando há um grupo de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada pelo Banco, levando-se em consideração o grupo de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído no mesmo grupo de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como "Despesas de juros e similares".

4 Composição do caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado na demonstração dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
No início do exercício	3.318.738	2.460.909
Disponibilidades	430.073	7.789
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	2.888.665	2.453.120
No final do exercício	4.912.015	3.318.738
Disponibilidades	14.404	430.073
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	4.897.611	2.888.665
Aumento do Caixa e equivalentes de caixa	<u>1.593.277</u>	<u>857.829</u>

(*) Operações que da data de aquisição ao vencimento possuem prazo de até 90 dias.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Aplicações em operações compromissadas

				2015	2014
	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Posição bancada					
LTN	102.278	204.557	4.762.277	5.069.112	2.264.028
LFT	-	-	4.995	4.995	-
NTN-B	-	-	-	-	359.999
Sub-total	<u>102.278</u>	<u>204.557</u>	<u>4.767.272</u>	<u>5.074.107</u>	<u>2.624.027</u>
Posição financiada					
LTN	-	-	-	-	239.140
Sub-total	-	-	-	-	239.140
Total	<u>102.278</u>	<u>204.557</u>	<u>4.767.272</u>	<u>5.074.107</u>	<u>2.863.167</u>

(*) São classificados no Ativo Circulante no Balanço Patrimonial, pois, considera-se o vencimento da operação e não do título que a lastreia.

b. Aplicações em depósitos interfinanceiros

	2015	2014
Até 30 dias	-	3.752
De 31 a 180 dias	3.023	16.511
De 181 a 365 dias	-	17.542
Acima de 365 dias	-	2.681
Total	<u>3.023</u>	<u>40.486</u>

c. Aplicações em moedas estrangeiras

	2015	2014
Até 30 dias (*)	<u>229.593</u>	<u>20.484</u>
Total	<u>229.593</u>	<u>20.484</u>

(*) Tratam-se de aplicações com liquidez imediata.

6 Títulos e valores mobiliários

Categorias					2015	2014
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Valor da curva	Total
Títulos para negociação	-	-	74.046	74.046	74.051	2.570
Títulos disponíveis para venda	<u>172.651</u>	<u>1.351.092</u>	<u>2.037.079</u>	<u>3.560.822</u>	<u>3.563.482</u>	<u>2.057.366</u>
Total	<u>172.651</u>	<u>1.351.092</u>	<u>2.111.125</u>	<u>3.634.868</u>	<u>3.637.533</u>	<u>2.059.936</u>

Tipos de títulos - Negociação				2015	2014
	Valor da curva	Valor de mercado	Ajuste	Valor de mercado	
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	
Letras Financeiras do Tesouro	74.051	74.046	(5)	-	
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	<u>2.570</u>	
Total	<u>74.051</u>	<u>74.046</u>	<u>(5)</u>	<u>2.570</u>	

Tipos de títulos – Disponíveis para Venda				2015	2014
	Valor da curva	Valor de mercado	Ajuste	Valor de mercado	
Letras do Tesouro Nacional	1.307.487	1.303.551	(3.936)	2.047.355	
Notas do Tesouro Nacional	13.103	12.835	(268)	10.011	
Letras Financeiras do Tesouro	1.792.221	1.792.146	(75)	-	
Debêntures	283.675	285.058	1.383	-	
Notas Promissórias	<u>166.996</u>	<u>167.232</u>	<u>236</u>	-	
Total	<u>3.563.482</u>	<u>3.560.822</u>	<u>(2.660)</u>	<u>2.057.366</u>	

Para os títulos e valores mobiliários categorizados como "para negociação" e "títulos disponíveis para venda", a avaliação a valor de mercado é efetuada descontando-se o fluxo futuro a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por área independente da área de negócios e que segue metodologia própria e as melhores práticas de mercado, de acordo com as características específicas de cada título, baseando-se principalmente em dados divulgados pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA e ANBIMA. O ajuste de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda” é reconhecido em conta especial do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os títulos classificados “para negociação” são avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independente de suas datas de vencimento.

Os títulos públicos encontram-se custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC e títulos privados são custodiados na CETIP S/A – Mercados Organizados.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3d, o Banco registrou, em rubrica contábil constante do patrimônio líquido, como ajuste de marcação ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários categorizados como “títulos disponíveis para venda” no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ganho no montante de R\$ 517 (2014 – perda de R\$ 356), líquido dos efeitos tributários.

O montante de R\$ 1.018 (2014 – perda de R\$ 656) foi registrado na conta de resultado em decorrência de aplicação de Hedge Accounting de títulos classificados na categoria títulos disponíveis para venda.

7 Operações de crédito

a. Composição do total da carteira de crédito por setor de atividade

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Operações de crédito:		
Rural	19.996	22.091
Indústria	415.025	473.256
Comércio	203.328	213.754
Serviços	198.064	179.494
Pessoa física	<u>-</u>	<u>21</u>
	<u>836.413</u>	<u>888.616</u>
Outros créditos - Carteira de câmbio:		
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber:		
Indústria	360.575	586.813
Comércio	218.048	97.217
Serviços	<u>246.130</u>	<u>108.661</u>
	<u>824.753</u>	<u>792.691</u>
Total	<u>1.661.166</u>	<u>1.681.307</u>

b. Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento das operações

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
A vencer:		
De 1 a 180 dias	1.313.064	869.711
De 181 a 365 dias	228.795	585.478
Acima de 365 dias	<u>99.311</u>	<u>226.118</u>
Sub-total	<u>1.641.170</u>	<u>1.681.307</u>
Vencidas:		
Acima de 180 dias	<u>19.996</u>	<u>-</u>
Sub-total	<u>19.996</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.661.166</u>	<u>1.681.307</u>

c. Composição da provisão por níveis de risco

De acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, apresentamos a seguir a composição da carteira de operações de crédito e de outros créditos (carteira de câmbio - adiantamento de contratos de câmbio) com os correspondentes níveis de risco:

Total de operações – 2015							
Nível de risco	% Provisão mínima requerida	Créditos de curso normal	Créditos em atraso	Total de Créditos	Provisão mínima requerida	Total da provisão	% Efetivo de provisão
AA	-	1.213.609	-	1.213.609	-	2.063	0,17
A	0,50	130.589	-	130.589	653	980	0,75
B	1,00	234.560	-	234.560	2.345	5.419	2,31
C	3,00	58.956	-	58.956	1.769	4.174	7,08
D	10,00	3.456	-	3.456	346	441	12,77
H	100,00	-	19.996	19.996	19.996	19.996	100,00
		<u>1.641.170</u>	<u>19.996</u>	<u>1.661.166</u>	<u>25.109</u>	<u>33.073</u>	

Total de operações – 2014						
Nível de risco	% Provisão mínima requerida	Créditos de curso normal	Provisão mínima requerida	Total da provisão	% Efetivo de provisão	
AA	-	1.239.215	-	1.859	0,15	
A	0,50	21	-	-	0,79	
B	1,00	381.089	3.811	9.413	2,47	
C	3,00	11.235	337	778	6,93	
D	10,00	27.656	2.766	3.935	14,23	
G	70,00	22.091	15.464	15.464	70,00	
		<u>1.681.307</u>	<u>22.378</u>	<u>31.449</u>		

	2º Semestre	Exercício	
	2015	2015	2014
Créditos renegociados no período	101.188	330.067	396.634

As operações renegociadas são compostas basicamente por renovação nas operações de Capital de Giro.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não houve baixas para prejuízo e recuperações de créditos baixados como prejuízo.

A provisão constituída pelo Banco é maior que a provisão mínima requerida pelo BACEN, devido ao critério de provisão determinado pela Matriz (The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd), aplicado pelo Banco, que reflete a perspectiva de perda da Administração.

d. Concentração dos maiores devedores

	2015			2014		
	Saldo	% Carteira	Provisões	Saldo	% Carteira	Provisões
Maior cliente	157.990	10	269	231.771	14	348
10 seguintes maiores clientes	865.497	52	4.911	745.863	44	6.740
Demais clientes	<u>637.679</u>	<u>38</u>	<u>27.893</u>	<u>703.673</u>	<u>42</u>	<u>24.361</u>
	<u>1.661.166</u>	100	<u>33.073</u>	<u>1.681.307</u>	100	<u>31.449</u>

e. Movimentação da provisão

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi a seguinte durante o semestre/exercício:

	2º Semestre	Exercício	
	2015	2015	2014
Saldo inicial	37.308	31.449	14.664
Constituição de provisão	5.878	29.677	29.528
Reversão de provisão	<u>(10.113)</u>	<u>(28.053)</u>	<u>(12.743)</u>
Saldo final	<u>33.073</u>	<u>33.073</u>	<u>31.449</u>
% da provisão sobre a carteira de créditos	<u>1,99</u>	<u>1,99</u>	<u>1,87</u>

8 Outros créditos – Diversos

	2015	2014
Adiantamentos e antecipações salariais	183	122
Créditos tributários s/ dif. temporárias (Nota Explicativa nº 20)	64.309	39.645
Créditos tributários s/ MTM Títulos disponíveis para venda	9.796	237
Impostos e contribuições a compensar	46.930	27.490
Devedores diversos – país	6	26
Pagamentos a ressarcir	132	34
Outros	<u>1</u>	<u>2</u>
Total	<u>121.357</u>	<u>67.556</u>

9 Ativo permanente

a. Imobilizado de uso

	Taxa de depreciação a.a. (%)	Custo		Depreciação acumulada		Valor líquido	
		2015	2014	2015	2014	2015	2014
		Terrenos	-	1.416	1.416	-	-
Edificações	4	29.719	28.945	14.667	12.082	15.052	16.863
Instal., móveis e equip. uso	10	7.385	7.364	2.594	1.922	4.791	5.442
Sistema de proc. dados	20	13.272	12.034	5.889	4.435	7.383	7.599
Sistema de transporte	20	871	1.075	750	767	121	308
Sistema de segurança	10	3.281	3.282	1.029	711	2.252	2.571
Sistema de comunicação	10	1.247	1.239	1.006	767	241	472
Imobilizações em curso (*)	-	<u>19.696</u>	<u>9.632</u>	-	-	<u>19.696</u>	<u>9.632</u>
Total		<u>76.887</u>	<u>64.987</u>	<u>25.935</u>	<u>20.684</u>	<u>50.952</u>	<u>44.303</u>

(*) Refere-se basicamente a gastos com projetos de implementação de sistemas.

b. Ativos intangíveis

	Taxa de amortização a.a. (%)	Custo		Amortização acumulada		Valor líquido	
		2015	2014	2015	2014	2015	2014
		Gastos c/aquisições e desenv. de logiciais (*)	20	<u>31.606</u>	<u>29.167</u>	<u>20.013</u>	<u>14.775</u>
Total		<u>31.606</u>	<u>29.167</u>	<u>20.013</u>	<u>14.775</u>	<u>11.593</u>	<u>14.392</u>

(*) Implantação de novos sistemas.

c. Diferido

	Taxa de amortização a.a. (%)	Custo		Amortização acumulada		Valor líquido	
		2015	2014	2015	2014	2015	2014
		Gastos c/aquisições e desenv. de logiciais	20	4.589	4.589	4.589	4.589
Instalação e adaptação de dependências	20	<u>1.035</u>	<u>1.035</u>	<u>1.032</u>	<u>1.011</u>	<u>3</u>	<u>24</u>
Total		<u>5.624</u>	<u>5.624</u>	<u>5.621</u>	<u>5.600</u>	<u>3</u>	<u>24</u>

10 Transações com partes relacionadas

Para o Banco, partes relacionadas são definidas como sendo o The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ (controlador) e dependências, acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal chave da Administração e seus familiares.

	2015		2014	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades em moedas estrangeiras	<u>13.625</u>	<u>30.580</u>	<u>428.720</u>	<u>(43.560)</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd – New York	1.143	-	48	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - London	4.413	-	7.828	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	7.778	-	420.642	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd – Hong Kong	204	-	133	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Mexico	87	-	69	-
- variação cambial	-	30.580	-	(43.560)
Aplicações interfinanceiras de liquidez em M/E	<u>229.593</u>	<u>23.083</u>	<u>20.484</u>	<u>2.704</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	229.593	23.083	20.484	2.704
- juros	-	76	-	26
- variação cambial	-	23.007	-	2.678
Operações de Swap	<u>2.229</u>	<u>(20.026)</u>	<u>4.185</u>	<u>(9.544)</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	2.229	(20.026)	4.185	(9.544)
- rendas de operações com derivativos	-	11.749	-	15.473
- despesas de operações com derivativos	-	(31.775)	-	(25.017)
Depósito à Vista	<u>(3.963)</u>	<u>-</u>	<u>(3.692)</u>	<u>-</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	(3.963)	-	(3.692)	-
Obrigações por empréstimos e repasses	<u>(4.030.027)</u>	<u>(1.459.495)</u>	<u>(3.419.051)</u>	<u>(233.177)</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	(4.030.027)	(1.459.495)	(3.419.051)	(233.177)
- juros	-	(31.531)	-	(146)
- variação cambial	-	(1.427.964)	-	(233.031)
Dividendos a pagar	<u>(4.752)</u>	<u>-</u>	<u>(961)</u>	<u>-</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	(4.752)	-	(961)	-
Outras Obrigações - Prestação de serviços (*)	<u>(16.097)</u>	<u>3.951</u>	<u>(5.168)</u>	<u>19.926</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	(16.093)	3.403	(5.168)	19.380
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd – Leasing and Finance	-	595	-	397
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd – Tokyo	(4)	(47)	-	(55)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd – London	-	-	-	204

(*) Recebimentos e Pagamentos

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas realizada em 14 de setembro de 2015 foi estabelecido os honorários anuais globais da Diretoria tendo por limite o valor máximo de R\$ 18.366 a serem distribuídos entre os Diretores.

	2º semestre	Exercício	
		2015	2014
Remuneração fixa	3.386	5.994	5.150
Remuneração variável	<u>1.366</u>	<u>3.976</u>	<u>2.914</u>
Total	<u>4.752</u>	<u>9.970</u>	<u>8.064</u>

O pagamento de remuneração variável aos administradores está de acordo com a Resolução CMN nº 3.921, de 25/11/2010, sendo então diferido no período de, no mínimo três anos, e estabelecido em função dos riscos e da atividade do administrador.

A quantidade de ações mantidas pela Diretoria é de 10.618 ações (2014 – 10.618), que representam 0,000243742% da totalidade.

O Banco não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

b. Outras informações

Conforme legislação em vigor, o Banco não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau e
- Acionista controlador do Banco.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a quaisquer entes e pessoas acima listadas.

Nota: O Banco não possui Conselhos Administrativos, Fiscais e semelhantes.

11 Depósitos

	2015					Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	
À vista	141.504	-	-	-	-	141.504
A prazo (*)	-	<u>690.783</u>	<u>415.095</u>	<u>991.944</u>	<u>12.351</u>	<u>2.110.173</u>
Total	<u>141.504</u>	<u>690.783</u>	<u>415.095</u>	<u>991.944</u>	<u>12.351</u>	<u>2.251.677</u>

2014

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
À vista	143.748	-	-	-	-	143.748
A prazo (*)	-	<u>278.307</u>	<u>504.237</u>	<u>520.629</u>	<u>13.576</u>	<u>1.316.749</u>
Total	<u>143.748</u>	<u>278.307</u>	<u>504.237</u>	<u>520.629</u>	<u>13.576</u>	<u>1.460.497</u>

(*) São classificados no Balanço Patrimonial no Passivo Circulante devido suas características de liquidez.

12 Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses referem-se a captações em moeda estrangeira e são atualizadas pela variação cambial acrescidas de “spread”

	2015	2014
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd		
Financiamento de operação de comércio exterior, com vencimento até junho de 2017	1.028.580	1.383.202
Captação externa na forma da Resolução CMN nº 3.844, com vencimento até junho de 2018	<u>3.001.447</u>	<u>2.035.849</u>
Sub-total	4.030.027	3.419.051
HSBC		
Captação externa na forma da Resolução CMN nº 3.844 com vencimento até março de 2016	391.823	-
Instituições Oficiais		
Repasses no país com vencimentos até novembro de 2024	<u>161.463</u>	<u>212.600</u>
Total	<u>4.583.313</u>	<u>3.631.651</u>

13 Carteira de câmbio

a. Outros créditos – Ativo

Descrição	2015	2014
Câmbio comprado a liquidar	1.917.394	3.663.697
Direitos s/venda de câmbio	989.660	2.681.348
Adiantamento em moeda nacional recebidos	(17.580)	(20.908)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	<u>3.211</u>	<u>2.295</u>
Total	<u>2.892.685</u>	<u>6.326.432</u>

b. Outras obrigações – Passivo

Descrição	2015	2014
Câmbio vendido a liquidar	1.048.771	2.751.604

Obrigações por compras de câmbio	1.781.524	3.576.391
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(821.978)	(790.428)
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	435	32
Valores em moedas estrangeiras a pagar	28	-
Total	<u>2.008.780</u>	<u>5.537.599</u>

14 Fiscais e previdenciárias

Descrição	2015	2014
Provisão de IR e CSLL	137.399	45.632
Impostos e contribuições s/serviços de terceiros	183	291
Impostos e contribuições s/salários	2.907	3.151
Outros impostos (Federais)	12.164	1.152
Outros impostos (Municipais)	218	26
Provisão de IR diferido (Nota Explicativa nº 20)	34.897	45.313
Provisão p/riscos fiscais (Nota Explicativa nº 15)	<u>107.915</u>	<u>98.698</u>
Total	<u>295.683</u>	<u>194.263</u>

15 Ativos e passivos relacionados a contingências cíveis, trabalhistas e fiscais

As provisões para passivos contingentes e fiscais são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica “Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias” quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, independentemente de existirem depósitos judiciais.

As obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os depósitos judiciais estão registrados em “Outros Créditos - Devedores por Depósitos em Garantia”. Não temos ativos contingentes a ser reconhecidos na data-base.

Descrição	2015				
	Provisão para passivos contingentes (iii)				
	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização/ Reversão	Saldo final	Depósitos Judiciais (iv)
Cíveis	13.249	5.213	22	18.440	1.144
Trabalhistas	5.307	6.702	4.041	7.968	817
Outros passivos (v)	<u>9.887</u>	<u>11.416</u>	<u>15.052</u>	<u>6.251</u>	-
	<u>28.443</u>	<u>23.331</u>	<u>19.115</u>	<u>32.659</u>	<u>1.961</u>

Provisão para riscos fiscais

Federal	<u>97.880</u>	<u>14.588</u>	<u>5.852</u>	<u>106.616</u>	<u>173.453</u>
IR/CSLL (i)	38.975	2.285	-	41.260	107.325
COFINS (ii)	58.471	12.281	5.852	64.900	64.900
Outros	434	22	-	456	1.228
Municipal	<u>818</u>	<u>623</u>	<u>142</u>	<u>1.299</u>	<u>29.130</u>
Total	<u>98.698</u>	<u>15.211</u>	<u>5.994</u>	<u>107.915</u>	<u>202.583</u>
Total Geral	<u>127.141</u>	<u>38.542</u>	<u>25.109</u>	<u>140.574</u>	<u>204.544</u>

2014

Provisão para passivos contingentes (iii)

Descrição	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização/ Reversão	Saldo final	Depósitos Judiciais (iv)
Cíveis	11.374	1.878	3	13.249	1.056
Trabalhistas	7.088	469	2.250	5.307	1.026
Outros passivos (v)	<u>3.638</u>	<u>9.188</u>	<u>2.939</u>	<u>9.887</u>	-
	<u>22.100</u>	<u>11.535</u>	<u>5.192</u>	<u>28.443</u>	<u>2.082</u>

Provisão para riscos fiscais

Federal	<u>86.143</u>	<u>11.737</u>	-	<u>97.880</u>	<u>158.347</u>
IR/CSLL (i)	37.199	1.776	-	38.975	100.928
COFINS (ii)	48.527	9.944	-	58.471	56.263
Outros	417	17	-	434	1.156
Municipal	<u>785</u>	<u>33</u>	-	<u>818</u>	<u>26.898</u>
Total	<u>86.928</u>	<u>11.770</u>	-	<u>98.698</u>	<u>185.245</u>
Total Geral	<u>109.028</u>	<u>23.305</u>	<u>5.192</u>	<u>127.141</u>	<u>187.327</u>

- (i) Refere-se, principalmente, a obrigação legal relativa à discussão judicial relacionada à cobrança de IRPJ e CSLL, decorrente das rendas a apropriar de operações de crédito em liquidação de exercícios anteriores. O Banco aderiu ao programa instituído pela Lei 11.941/09 (Programa REFIS) desistindo da discussão judicial. Todavia essa discussão ainda não foi transitado em julgado, portanto, não houve impacto contábil.
- (ii) Refere-se a obrigação legal relativa ao tributo de COFINS onde o Banco discute a Lei 9.718/98. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos o risco de perda para tal processo é possível.
- (iii) A provisão para passivos contingentes está registrada na conta Outras obrigações - Provisão para passivos contingentes.

- (iv) O saldo de depósitos judiciais inclui os depósitos para riscos avaliados como possível ou remoto de perda.
- (v) Refere-se a provisão para risco de perdas com avais e fianças baseados em critérios consistentes aos estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/99, vide Nota Explicativa nº 23; e ao passivo referente ao plano de previdência complementar, vide Nota Explicativa nº 22.

Existem outros processos de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 38.782 (2014 - R\$ 16.186) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

16 Outras obrigações – Diversas

Descrição	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Provisão para pagamentos a efetuar – despesas de pessoal	24.152	19.446
Prov. p/ pagamentos a efetuar – prestação de serviços a ligadas	16.722	5.567
Prov. p/pagamentos a efetuar – outros pagamentos	1.393	1.873
Passivos atuariais	5.160	-
Credores diversos País	<u>2.879</u>	<u>1.691</u>
Total	<u>50.306</u>	<u>28.577</u>

17 Patrimônio líquido

O capital social é representado por 4.356.234.893 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 13.599.844 de ações de acionistas residentes no país, 24.714.392 ações em tesouraria e 4.317.920.657 ações de residentes no exterior.

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo de 6% do lucro líquido, calculados sobre o total de ações em circulação, descontado o percentual de ações em tesouraria. Para este exercício foi destacado o montante de R\$ 6.712 (2014 - R\$ 2.195).

Caso o acionista não resgatar o dividendo no prazo de 3 anos a partir da data de distribuição, o valor é revertido para o Patrimônio Líquido.

As reservas de capital são compostas pela reserva de ágio por subscrição de ações e a reserva de ágio na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

A reserva estatutária corresponde à transferência dos recursos contabilizados na conta de lucros acumulados, para formação de Capital de Giro e Manutenção de Margem Operacional conforme previsto no Estatuto.

18 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco possui como política a minimização de riscos de mercado resultantes de suas operações através da utilização de instrumentos derivativos. A administração dos riscos de mercado é efetuada por área independente, que se utiliza de práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos “gaps” de liquidez, dentre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos de oscilações nos preços de ativos, nas taxas de juros e outros fatores que podem afetar as posições das carteiras da Instituição nos diversos mercados onde atua. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados como “hedge” possuem sempre risco de crédito igual ou inferior àquele do instrumento financeiro coberto.

O valor de mercado dos “swaps” é apurado considerando o fluxo de caixa estimado de cada uma de suas pontas, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As operações a termo são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão de fluência dos prazos dos contratos, até a data do balanço.

Negociação e intermediação de valores - operações de futuros - os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diariamente como receitas e despesas, os ajustes diários dessas operações em 31 de dezembro foram de R\$ 306.580 (2014 – R\$ (106.135)).

As principais curvas de taxas de juros são extraídas das operações de futuros e negociados e custodiados na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA e das operações de “Swap” custodiados na Cetip S.A. – Mercados Organizados.

Em 31 de dezembro, as posições em instrumentos financeiros derivativos eram representadas como segue:

	2015			
	Até 90 dias	De 91 até 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Futuros - Valor referencial	4.746.626	8.652.077	11.414.402	24.813.105
Compra	2.343.916	5.390.056	10.794.372	18.528.344
Cupom Cambial	892.977	5.012.596	10.584.246	16.489.819
Moeda Estrangeira	544.391	-	-	544.391
Taxa de Juros	906.548	377.460	210.126	1.494.134
Venda	2.402.710	3.262.021	620.030	6.284.761
Cupom Cambial	359.864	496.144	292.289	1.148.297
Moeda Estrangeira	123.253	209.219	-	332.472
Taxa de Juros	1.919.593	2.556.658	327.741	4.803.992

	Valor Referencial	Valor MTM (a)	Valor Accrual (b)	Valorização / Desvalorização (a)-(b)
Swap - Total Líquido	14.363.772	(2.693.350)	(2.805.222)	111.872
CDI X US\$	4.525.365	(1.740.737)	(1.753.053)	12.316
CDI X PRÉ	20.082	2.066	173	1.893
CDI X Libor	4.058.427	(936.402)	(1.026.360)	89.958
US\$ X CDI	368.790	68.272	61.863	6.409
Libor X US\$	3.945.524	3.863	(3.576)	7.439
PRÉ X CDI	29.100	(321)	5	(326)
PRÉ X US\$	295.421	(92.320)	(83.437)	(8.883)
Libor X PRÉ	1.121.063	2.229	(837)	3.066

	Valor Referencial	Valor MTM (a)	Valor Accrual (b)	Valorização / Desvalorização (a)-(b)
NDF - Total Líquido	1.194.379	(26.651)	(14.642)	(12.009)
Posição Comprada	142.558	12.189	10.404	1.785
Dólar	129.709	11.785	10.174	1.611
Euro	11.220	221	95	126
Franco Suíço	1.442	181	138	43
Ien	187	2	(3)	5
Posição Vendida	1.051.821	(38.840)	(25.046)	(13.794)
Dólar	568.143	7.027	13.942	(6.915)
Euro	39.247	(406)	(59)	(347)
Ien	443.971	(45.463)	(38.933)	(6.530)
Libra	460	2	4	(2)

	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Diferencial		Diferencial	
	a receber	a pagar	a receber	a pagar
Total Geral	192.480	2.914.298	56.936	595.600
Total Swap	169.926	2.864.875	21.217	578.565
Swap	171.525	2.864.875	21.217	578.565
Ajuste CVA	(1.599)	-	-	-
Total NDF	22.554	49.423	35.719	17.035
NDF	22.772	49.423	35.719	17.035
Ajuste CVA	(218)	-	-	-

	2014			
	Até 90 dias	De 91 até 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Futuros - Valor referencial	4.806.030	3.377.594	6.937.688	15.121.312
Compra	2.269.159	1.685.158	6.050.454	10.004.771
Cupom Cambial	241.871	1.479.618	5.480.281	7.201.770
Moeda Estrangeira	1.636.247	-	-	1.636.247
Taxa de Juros	391.041	205.540	570.173	1.166.754
Venda	2.536.871	1.692.436	887.234	5.116.541
Cupom Cambial	990.232	-	35.032	1.025.264
Moeda Estrangeira	686.904	-	-	686.904
Taxa de Juros	859.735	1.692.436	852.202	3.404.373

	Valor Referencial	Valor MTM (a)	Valor Accrual (b)	Valorização / Desvalorização (a)-(b)
Swap - Total Líquido	6.826.500	(557.348)	(677.363)	120.015
CDI X BBA-Libor	1.716.694	(205.944)	(269.910)	63.966
CDI X US\$	2.611.056	(348.997)	(397.208)	48.211
LIBOR X PRÉ	1.136.390	4.185	(1.191)	5.376
BBA-Libor X US\$	1.214.384	615	(1.259)	1.874
PRÉ X CDI	31.180	(127)	216	(343)
PRÉ X US\$	116.796	(7.080)	(8.011)	931

	Valor Referencial	Valor MTM (a)	Valor Accrual (b)	Valorização / Desvalorização (a)-(b)
NDF - Total Líquido	1.020.258	18.684	18.133	551
Posição Comprada	439.048	21.633	23.117	(1.484)
Dólar	370.518	23.774	24.694	(920)
Euro	3.202	39	39	-
Franco Suíço	1.154	(64)	(63)	(1)
Ien	64.174	(2.116)	(1.553)	(563)
Posição Vendida	581.210	(2.949)	(4.984)	2.035
Dólar	253.157	(13.036)	(14.217)	1.181
Euro	24.931	(748)	(814)	66
Ien	303.122	10.835	10.047	788

Valor e tipo de margens dadas em garantia

O quadro a seguir resume os valores depositados na BM&FBOVESPA em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro:

Valores em garantia - BM&FBOVESPA

Tipo de título	Quantidade	2015	2014
		Valor	Valor
Letras Financeiras do Tesouro	4.412.100	1.470.819	-
Letras do Tesouro Nacional	900.000	1.269.128	1.445.591
Notas do Tesouro Nacional	<u>950.199</u>	<u>10.001</u>	-
Total	<u>6.262.299</u>	<u>2.749.948</u>	<u>1.445.591</u>

19 “Hedge”- “Hedge” de risco de mercado

O Banco adota a política de proteção em consonância com suas políticas de gestão de risco. Estas operações de “hedge” são realizadas em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082 de 30/01/2002, que exige avaliação periódica de efetividade de “hedge” e o registro a mercado tanto do instrumento financeiro derivativo como do item objeto de “hedge”, considerando tratar-se de uma operação de “hedge” de valor justo.

O Banco possui contratos de swap e futuros utilizados como instrumentos de “hedge”, em estratégia de “hedge” de valor justo.

Os objetos de “hedge” são títulos e valores mobiliários inicialmente designados como disponíveis para venda, e obrigações por empréstimos no exterior.

As estratégias de “hedge” visam proteger o Banco contra: (i) risco de variação cambial e risco de variação na taxa de juros para pagamentos de principal e juros, referente às captações de recursos contraídas no exterior indexados pela moeda norte americana e (ii) risco de variação na taxa de juros pela compra de títulos públicos federais a taxa de juros pré-fixada.

A efetividade verificada na carteira de “hedge” encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02.

<u>Instrumento/operação</u>	<u>Estratégia 1</u>	<u>Estratégia 2</u>
Instrumento de “hedge”	Operações de swap contratadas fora do Brasil e futuros contratadas na BM&FBOVESPA	Operações de futuros contratadas na BM&FBOVESPA
Objeto de “hedge”	Captações em moeda norte americana	Letras do Tesouro Nacional (títulos públicos)
	Valor referencial	Valor MtM
Instrumentos de “Hedge”		
Contratos de futuros - DDI	2.781.758	-
Contratos de futuros - DI	920.982	-
Total Futuros	<u>3.702.740</u>	<u>-</u>
Contratos de swap (Libor x PRÉ)	<u>318.790</u>	<u>(67)</u>
Total	<u>4.021.530</u>	<u>(67)</u>

As estratégias de “hedge” apresentaram a taxa de efetividade entre 0,9432 – 1,00 em 31 de dezembro de 2015 (0,9910 – 1,00 em 31 de dezembro de 2014).

Captação de Recursos Externos

Para apuração do valor de mercado das captações de recursos externos foram utilizadas as taxas médias praticadas para operações com prazo e indexador similar na data do balanço conforme divulgações da BM&FBOVESPA, acrescidas dos custos de captação, de produção e operacionais, passíveis de verificação, necessários para a originação e manutenção até o vencimento dessas operações, de forma a refletir adequadamente os efeitos dessas taxas de juros no resultado.

Em 31 de dezembro de 2015 o valor de mercado dos itens objeto de “hedge” de captação de recursos externos é de R\$ (3.172.843) (2014 – R\$ (1.827.638)) e o valor de mercado dos instrumentos derivativos utilizados como “hedge” é de R\$ 2.789.474 (2014 – R\$ 1.828.362) de Futuros “ativo” e R\$ 67.523 (2014 – R\$ (66.795)) de swap.

No exercício o resultado dos itens objeto de “hedge” foi de R\$ (416.694) (2014 - R\$ (134.007)) e dos instrumentos financeiros derivativos foi de R\$ 416.542 (2014 – R\$ 122.863).

O saldo do ajuste de avaliação ao valor justo das captações de recursos externos objeto de “hedge” perfaz o montante de R\$ 20.273 (2014 – R\$ 5.188), registrado em “Obrigações por empréstimos do exterior”. O ajuste negativo no exercício foi registrado em adequada conta de despesas de empréstimo do exterior no montante de R\$ 25.462 (2014 – ajuste positivo R\$ 11.317).

Títulos Públicos Federais

Para apuração do valor de mercado dos títulos públicos federais utilizamos a curva interna que tem como referência os PUs divulgados pela ANBIMA.

Títulos de Renda Fixa

Em 31 de dezembro de 2015, o valor contábil dos itens objeto de “hedge” da aplicação é de R\$ 911.423 (2014 – R\$ 1.503.313), e o valor de mercado dos instrumentos derivativos utilizados como “hedge” é de R\$ (911.315) (2014 – R\$ (1.242.269)) de Futuros “ativo”.

No exercício, o resultado dos itens objeto de “hedge” foi de R\$ 64.593 (2014 - R\$ 52.382) e dos instrumentos financeiros derivativos foi de R\$ (64.604) (2014 – R\$ (52.489)).

O saldo do ajuste de avaliação ao valor justo das aplicações em renda fixa perfaz o montante de R\$ (3.601) (2014 – R\$ 4.619), registrado em “Títulos e Valores Mobiliários”. O ajuste positivo no exercício foi registrado em adequada conta de receitas de títulos de renda fixa no montante de R\$ 1.017 (2014 – ajuste negativo R\$ 656).

20 Imposto de renda e contribuição social

Os encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações dos exercícios são demonstrados a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	210.527	75.076
Total das adições	<u>142.372</u>	<u>152.424</u>
Despesas administrativas, de pessoal e tributárias	1.351	2.318
Provisão para passivos contingentes fiscais, cíveis e trabalhistas	16.991	17.204

Provisão de outros créditos e de operações de crédito	1.624	16.785
Provisão para passivos contingentes Fiança	1.699	914
Provisão para bônus a pagar	13.093	11.712
Provisão pagamento PLR	2.480	1.595
Provisão para pagamento de despesas administrativas e de pessoal	10.750	6.190
Ajuste ao valor contábil dos futuros DI/DDI (Accrual X MTM)	47.331	93.506
Ajuste positivo ao valor de mercado – TVM e derivativos	16.886	-
Ajuste MTM Hedge Accounting Captação	20.273	-
Despesas de Transfer Pricing	2.500	2.200
Outras despesas	<u>7.394</u>	<u>-</u>
Total das exclusões	<u>(24.588)</u>	<u>(113.123)</u>
Ajuste negativo ao valor de mercado – TVM e derivativos	-	(97.068)
Reversão da provisão pagamento bônus	(9.122)	(8.442)
Atualização de Depósitos Judiciais	(15.349)	(6.885)
Outras receitas	<u>(117)</u>	<u>(728)</u>
Sub-total	<u>328.311</u>	<u>114.377</u>
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	<u>328.311</u>	<u>114.377</u>
Imposto de renda e contribuição social	(137.399)	(45.632)
Efeito da majoração de alíquota da CSLL	(6.590)	-
IRPJ e CSLL - Valores diferidos	45.300	9.018
Ajuste de exercicios anteriores	<u>-</u>	<u>264</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>(92.099)</u>	<u>(36.350)</u>

O Banco constitui crédito tributário parcial decorrente de diferenças temporárias de acordo com as condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.059/02 e posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 3.355/06. Os créditos tributários não constituídos em 31 de dezembro de 2015 em decorrência de processos fiscais e cíveis foi de R\$ 56.860 (2014 - R\$ 44.779).

A Administração do Banco, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 31 de dezembro de 2015, estimou que a realização destes créditos tributários ocorrerá de acordo com os vencimentos das parcelas dos contratos para as provisões para as operações de créditos e fiança, e de acordo com a estimativa de encerramento dos processos informados pelos escritórios de advocacia para as provisões trabalhistas.

	Diferenças Temporárias	Crédito Tributário	Efeito majoração da alíquota da CSLL
Provisões para operações de crédito	26.768	12.046	1.338
Provisões para outros créditos	6.305	2.837	315
Provisão para pagamentos efetuar Previdá	5.160	2.322	258
Provisão para bônus	9.516	4.282	476
Provisão para contingências trabalhistas	7.968	3.585	398
Provisão para avais e fianças	6.251	2.813	313
Provisão participação nos lucros e resultados	4.075	1.834	204
Provisão para pagamentos a efetuar	17.625	7.931	881
Provisão para passivos contingentes	43.839	17.536	-
Ajuste MTM de Hedge Accounting captação	20.273	9.123	1.014
Ajuste a valor de mercado – títulos disponíveis para venda	21.769	9.796	1.089
Total	<u>169.549</u>	<u>74.105</u>	<u>6.286</u>

Em 31 de dezembro, o critério utilizado para ativação de créditos tributários decorrentes de elevação da alíquota da CSLL (Lei nº 13.169/2015) foi a proporcionalidade do aumento da base de cálculo do lucro real no montante de R\$ 6.286.

Movimentação de Crédito Tributário

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo inicial	39.882	13.616
Constituição de crédito tributário	45.539	30.864
Reversão / (realização) de crédito tributário	<u>(11.316)</u>	<u>(4.598)</u>
Saldo final	<u>74.105</u>	<u>39.882</u>

Movimentação do Passivo Fiscal Diferido

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo inicial	45.313	41.134
Atualização Depósito Judicial	6.139	2.754
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(16.978)	3.521
Ajuste a valor de mercado dos títulos de renda fixa	<u>423</u>	<u>(2.096)</u>
Saldo final	<u>34.897</u>	<u>45.313</u>

De acordo com o estudo técnico do Banco, a expectativa de realização dos créditos tributários é demonstrada abaixo:

Ano	Expectativa de Realização de Crédito Tributário	2015	Ano	Expectativa de Realização de Crédito Tributário	2014
		Valor Presente Crédito Tributário (taxa DI)			Valor Presente Crédito Tributário (taxa DI)
			2015	17.256	15.468
2016	46.585	40.813	2016	9.174	7.370
2017	5.529	4.244	2017	1.992	1.434
2018	1.057	711	2018	1.960	1.265
2019	3.547	2.090	2019	1.964	1.136
2020	3.701	1.910	2020	1.516	786
2021	2.738	1.238	2021	1.505	780
2022	2.737	1.085	2022	1.505	780
2023	2.737	950	2023	1.505	780
2024	2.737	832	2024	<u>1.505</u>	<u>780</u>
2025	<u>2.737</u>	<u>730</u>			
Total	74.105	54.603	Total	39.882	30.579

21 Acordo da Basiléia

O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.913/13 e 4.912/13 e Circular BACEN nº 3.644/13, apresentando índice de Patrimônio em relação aos Ativos Ponderados, conforme segue:

	2015	2014
Risco de Crédito	3.873.721	2.481.759
Risco de Mercado	1.646.502	1.026.849
Risco Operacional	355.880	286.484
Ativos ponderados pelo Risco (RWA)	5.876.103	3.795.092
Patrimônio de Referência (PR)	1.303.579	1.192.821
Patrimônio de Referência Exigido (RWA*11%)	646.371	417.460
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	657.208	775.361
Índice de Basiléia (IB) - PR/RWA	22,18%	31,43%

Ajuste Prudencial:

Em atendimento a Resolução CMN nº 4.277/13 com nova redação pela Resolução CMN nº 4.389/14, foram analisados os instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado para eventual ajuste prudencial, para os seguintes produtos:

1. Títulos Públicos Federais: “Títulos Disponíveis para Venda”
2. Títulos Privados marcados pelo valor de mercado – Notas Promissórias marcadas pelo valor de mercado.
3. Contratos Futuros negociados na BM&FBOVESPA
4. Derivativos de Balcão – NDF e Swap

Dentre os produtos avaliados acima, tivemos ajuste no produto “Derivativos de Balcão-NDF e Swap” resultando um reconhecimento contábil na data base de 31/12/2015 no montante de R\$ 1.817 – (2014 – R\$ 0).

Os demais itens não tiveram ajustes tendo em vista que esses instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente e cujos preços foram baseados em informações independentes, em que o preço refletia adequadamente o valor líquido provável de realização.

22 Plano de previdência complementar

O Banco é patrocinador de um plano de benefício complementar, Plano de Benefícios PREVIDA de Benefício Definido, administrado pelo Bradesco Vida e Previdência S.A., contribuindo mensalmente com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes, com o objetivo de complementar os benefícios prestados pela previdência social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o montante dessa contribuição foi de R\$ 1.508 (2014 - R\$ 1.329).

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente.

Percentual de alocação dos ativos:

Renda variável – 5%

Renda fixa – 95%

Total – 100%

Em 31 de dezembro de 2015 (data da avaliação atuarial mais recente), conforme cálculos atuariais, a Previdada apresentou obrigação atuarial a valor presente e valor justo dos ativos demonstrado abaixo:

Reconciliação do Valor das Obrigações Atuariais	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Valor das obrigações no final do ano anterior	72.780	78.902
Custo do serviço		
Custo do serviço corrente	-	1.234
Custo do serviço passado	498	-
Despesa com juros	7.498	8.571
Fluxo de caixa		
Benefícios pagos pela empresa	(5.940)	(5.454)

Pagamento de liquidações antecipadas	(13.044)	(17.594)
Remensurações		
(Ganho) / Perda atuarial decorrente de mudança de hipóteses demográficas	2.929	-
(Ganho) / Perda atuarial decorrente de mudança de hipóteses financeiras	(6.137)	4.535
(Ganho) / Perda atuarial decorrente de ajustes de experiência	<u>2.595</u>	<u>2.586</u>
Valor das obrigações no final do ano	<u>61.179</u>	<u>72.780</u>
Reconciliação do Valor Justo dos Ativos	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Valor justo dos ativos no final do ano anterior	67.444	81.097
Receita com juros	6.950	8.940
Fluxo de caixa		
Contribuições da empresa	921	2.922
Benefícios pagos pelo plano	(5.940)	(5.454)
	(13.328)	(17.824)
Pagamento de liquidações antecipadas))
Remensurações		
Retorno dos ativos do plano (excluindo receitas com juros)	<u>(28)</u>	<u>(2.237)</u>
Valor justo dos ativos no final do ano	<u>56.019</u>	<u>67.444</u>
Valores projetados a serem reconhecidos no resultado do próximo exercício	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custo do serviço		
Custo do serviço passado	-	498
Custo líquido com juros		
Juros sobre as obrigações	7.575	7.498
Juros (retorno) sobre os ativos do plano	<u>(7.410)</u>	<u>(6.950)</u>
Total de despesa reconhecida no resultado do exercício	<u>165</u>	<u>1.046</u>

Conforme o disposto no art. 49, alínea “g” da Deliberação CVM nº 600 de 07 de outubro de 2009, foi reconhecido no decorrer do 2º semestre de 2015 a baixa da provisão no montante de R\$ 6.678 registrado na conta de passivos atuariais que totalizou o montante de R\$ 5.160 (2014 – R\$ 5.336).

A determinação do passivo atuarial considerou as seguintes principais premissas:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Taxa de desconto	13,10% ao ano	10,77% ao ano
Taxa de retorno esperada dos investimentos	13,10% ao ano	10,77% ao ano
Índice de aumento salarial estimado	5,50% ao ano	6,59% ao ano
Índice de reajuste de benefícios estimado	5,50% ao ano	4,50% ao ano
Taxa de inflação	5,50% ao ano	4,50% ao ano

Este plano foi fechado para novos participantes no ano de 2011.

O Banco é patrocinador de um plano de previdência complementar, FITPREV Plano de Benefícios de Contribuição Definida, administrado pelo Bradesco Vida e Previdência S.A., para seus funcionários e administradores admitidos após o fechamento do Plano Previdada, sendo que o valor da contribuição no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 2.467 (2014 - R\$ 1.077).

As obrigações atuariais do Plano FITPREV estão integralmente cobertas pelo patrimônio do plano.

23 Outras informações

- a) Avais e fianças prestados totalizam a R\$ 709.656 (2014 - R\$ 372.180), com provisão no montante de R\$ 6.250 (2014 - R\$ 4.552), baseado em critérios consistentes aos estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/99, alinhado a expectativa de perda da administração.
- b) Os patrimônios líquidos representados por 3 fundos de investimento sob administração do Banco foram transferidos para o Banco Bradesco em março de 2015 (2014 - R\$ 158.308).
- c) Composição despesas de pessoal:

	2º semestre	Exercício	
		2015	2014
Despesas de Honorários	4.752	9.970	8.064
Despesas de Pessoal - Benefícios	4.574	9.062	7.897
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	15.646	29.135	26.727
Despesas de Pessoal - Proventos	37.898	69.147	59.442
Despesas de Pessoal - Treinamento	514	1.159	397
Total	<u>63.384</u>	<u>118.473</u>	<u>102.527</u>

- d) Composição outras despesas administrativas:

	2º semestre	Exercício	
		2015	2014
Despesas de serviços técnicos especializados	12.050	22.403	18.119
Despesas de amortização e depreciação	5.227	10.688	9.153
Despesas de serviços do sistema financeiro	5.240	8.825	6.975
Despesas de processamento de dados	4.676	8.706	8.107
Despesas de aluguéis	1.419	2.807	2.882

Despesas de viagens ao exterior	1.205	2.359	2.520
Despesas de comunicações	1.108	2.169	1.857
Despesas de serviços de terceiros	1.074	2.131	1.881
Despesas de serviços vigilância e segurança	935	1.878	1.838
Despesas de manutenção e conservação de bens	914	1.672	1.702
Despesas de água, energia e gás	441	809	491
Despesas de viagens no país	331	609	663
Outras despesas administrativas	<u>2.273</u>	<u>4.837</u>	<u>4.099</u>
Total	<u>36.893</u>	<u>69.893</u>	<u>60.287</u>

e) Composição outras receitas operacionais:

	2º semestre	Exercício	
		<u>2015</u>	<u>2014</u>
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	5.340	15.348	6.885
Recuperação de encargos e despesas	587	1.141	886
Reversão de provisões operacionais	5.191	5.247	1.545
Atualização monetária de imp.e contrib. a compensar	1	2	19
Outras rendas operacionais	<u>48</u>	<u>69</u>	<u>355</u>
Total	<u>11.167</u>	<u>21.807</u>	<u>9.690</u>

f) Composição outras despesas operacionais:

	2º semestre	Exercício	
		<u>2015</u>	<u>2014</u>
Provisão para passivos trabalhistas	-	6.694	288
Provisão para riscos fiscais	4.983	15.144	11.793
Provisão para passivos contingentes	6.118	7.058	2.967
Provisão para passivo atuarial	-	6.502	5.336
Outras despesas operacionais	<u>157</u>	<u>202</u>	<u>305</u>
Total	<u>11.258</u>	<u>35.600</u>	<u>20.689</u>

g) Composição receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias:

Essa rubrica é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco no semestre/exercício, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	2º semestre	Exercício	
		2015	2014
Receitas de comissões e prestação de serviços	7.457	20.804	31.748
Garantias prestadas	1.773	3.129	2.169
Rendas de outros serviços	270	702	322
Taxa de administração	165	394	1.148
Cobrança	108	230	189
Tarifas bancárias	640	1.222	926
Total	<u>10.413</u>	<u>26.481</u>	<u>36.502</u>

h) **Medida Provisória nº 627**

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, que converteu a Medida Provisória nº 627. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, a Contribuição para PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;

- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e

- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para o COFINS.

A referida Lei ainda será regulamentada, entretanto, em nossa avaliação, não haverá impactos futuros relevantes em nossas demonstrações contábeis.

Medida Provisória 675/15

A Medida Provisória nº 675 (MP 675/15), foi convertida na Lei nº 13.169, publicada em 07 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015.

24 Eventos subsequentes

Com base na Resolução CMN nº 4.424/15, o Banco está avaliando o impacto da aplicação do CPC 33 – Benefício a empregados, entretanto a estimativa é de que não tenha impacto significativo.

25 Convergência as Normas Internacionais de Contabilidade

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
- Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
- Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
- Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
- Resolução nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1) e
- Resolução nº 4.424/15 – Benefícios a Empregados (CPC 33 R1).

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e à Administração do
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A em 31 de Dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 08 de Março de 2016.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3



Ouvidoria

Atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, foi estabelecido um componente organizacional de Ouvidoria que, além do Diretor Responsável possui uma Ouvidora, cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre a instituição e seus clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

Horário de Atendimento: das 9hs às 18hs, em dias úteis

Telefone: 0800 770 4060

Endereços e Telefones

Matriz - São Paulo - SP

Av. Paulista, 1.274

Caixa Postal 2840

CEP 01310-925 Bairro: Bela Vista

Tel.: (0xx11) 3268-0211

Fax: (0xx11) 3268-0232 / 3268-0453

Rio de Janeiro - RJ

Praia de Botafogo, 228 - 8º andar

CEP 22359-900 Bairro: Botafogo

Tel.: (0xx21) 2553-1840

Fax: (0xx21) 2551-6963